

## AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E

### PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DO SISAL<sup>1</sup>(BA)

Ana Cláudia do Carmo Cedraz<sup>2</sup>

Noeli Pertile<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo objetiva analisar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos do Território de Identidade do Sisal considerando a agropecuária deste território e o apoio de distintas políticas públicas. Para responder ao objetivo proposto tomou-se por base, predominantemente, os dados secundários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário de 2017, dados também da Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN-BA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A análise destes dados revelou que neste território de identidade mais de 90% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares e mais de 70% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar. A maioria dos estabelecimentos são destinados a pecuária e a plantação de sisal, contudo nos estabelecimentos da agricultura familiar também foram registrados lavouras de feijão, milho, mandioca, entre outras que são essenciais na alimentação do sertanejo.

**Palavras chave:** Agricultura familiar, alimentos, políticas públicas.

**Resumen:** Este estudio tiene como objetivo analizar la importancia de la agricultura familiar en la producción de alimentos en el Territorio de Identidad Sisal considerando la agricultura de este territorio y el apoyo de diferentes políticas públicas. Para responder al objetivo propuesto, se basó predominantemente en datos secundarios producidos por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), en el Censo Agropecuario de 2017, también en datos de la Secretaría de Planificación de Bahía (SEPLAN-BA), el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria (EMBRAPA). El análisis de estos datos reveló que en este territorio de identidad más del 90% de los establecimientos tienen menos de 50 hectáreas y más del 70% de los establecimientos agropecuarios son explotaciones familiares. La mayoría de los establecimientos están destinados a la ganadería y plantaciones de sisal, sin embargo, en los establecimientos de agricultura familiar también se registraron cultivos de frijol, maíz, yuca, entre otros, que son esenciales en la dieta del sertanejo.

**Palabras clave:** Agricultura familiar, alimentación, políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Segundo o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas no Brasil, por isso, ela tem fundamental importância para a economia e para a soberania alimentar do país e, de acordo com Mitidiero JR. (2022), ela é responsável pela

---

<sup>1</sup> Território de Identidade do Sisal, criado a partir do Decreto 12354/10 que institui os territórios de identidade da Bahia. De acordo com Borges e Serpa (2012, p. 35), esse “processo de regionalização tem como base a operacionalização de uma abordagem sociocultural, na qual as identidades regionais e o sentido de pertencimento dos agentes sociais são colocados em destaque no planejamento territorial”.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA

produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. A importância social e econômica da agricultura familiar demanda mais políticas governamentais para o desenvolvimento desse setor, ao exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visa fornecer crédito rural especificamente para a agricultura familiar.

As atividades econômicas da agricultura familiar são determinadas segundo diferentes lógicas, articuladas por arranjos e rearranjos internos provenientes tanto da interferência do ambiente externo (da organização econômica capitalista), quanto de traços e valores socioculturais (ALMEIDA, 1996). Assim, para compreender a importância dos projetos familiares no Território do Sisal – tanto nas decisões de gestão da unidade de produção, quanto nas estratégias de reprodução – faz-se necessário associar à dimensão econômica as dimensões social e cultural deste território.

Desta forma, este artigo objetiva analisar a importância da agricultura familiar do Território de Identidade do Sisal na produção de alimentos, considerando a agropecuária deste território e o apoio de distintas políticas públicas. Objetiva ainda analisar a produção agropecuária do Território do Sisal com base nos seguintes indicadores: número de estabelecimentos, pessoal ocupado, quantidade produzida, acesso a financiamentos e orientação técnica e, a situação socioeconômica dos agricultores e pecuaristas locais.

Para alcançar o objetivo proposto, tomou-se por base, predominantemente os dados secundários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário de 2017, dados também da Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Serão consideradas também algumas observações do trabalho de campo realizado por uma das autoras.

### **Conhecendo o Território de Identidade do Sisal**

O Território do Sisal está situado no semiárido baiano, abrangendo vinte municípios, sendo: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Este território possui uma população de 592 mil habitantes, de acordo com o IBGE (2022) e ocupa 3,6% da área total do estado da Bahia que é de 564.692 km<sup>2</sup> (BAHIA, 2007).

A dinâmica da produção agropecuária no Território do Sisal é caracterizada pelo baixo investimento tecnológico, grande dependência dos ciclos da natureza, em especial atenção ao bioma caatinga no semiárido baiano e brasileiro. E, uma das maiores questões continua a ser a estrutura fundiária altamente concentrada. Ainda assim, essa produção é influenciada por características técnicas, econômicas, políticas, logísticas, históricas, culturais e ambientais, gerando demandas e oportunidades locais, nacionais e internacionais. Nesse contexto, importa destacar que, em 2017, o Território do Sisal foi responsável pela produção de aproximadamente 29% da fibra de sisal produzida no país e exportada para vários países no mercado mundial. De modo predominante, o território também é marcado pela forte presença da agricultura familiar e pela grande quantidade de associações comunitárias e cooperativas responsáveis pela produção e venda de produtos da caatinga e seus derivados, com notória importância no mercado local.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 havia neste território 57.818 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 1.140 mil hectares. Ao comparar estes dados com o Censo de 2006 verifica-se que houve redução no número de estabelecimentos no perímetro analisado que era de 65.862.

É importante destacar que, em relação aos estabelecimentos agropecuários no Território do Sisal, a maioria deles ainda são destinados a agricultura familiar. Em 2006, mais de 90% dos estabelecimentos tinham área inferior a 50 hectares e eram destinados a agricultura familiar (MDA, 2006), o que correspondia a cerca de 10% da agricultura familiar do estado da Bahia. Em 2017, dos mais de 57 mil estabelecimentos, cerca de 79% eram da agricultura familiar, registrando uma redução de aproximadamente 12% em relação ao Censo de 2006. O Brasil também registrou uma redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar.

Uma possível explicação para a redução da participação da agricultura familiar no país, segundo Del Grossi (2020) “é que pode ter ocorrido um exemplo de sucesso das políticas públicas de desenvolvimento rural do período, nos quais milhares de agricultores familiares evoluíram, incrementaram sua produção, e passaram a ser contabilizados como não familiares”. Para este autor, a redução do quantitativo de estabelecimentos da agricultura familiar é um indicativo de sucesso das políticas públicas de desenvolvimento rural que teriam contribuído para que os produtores da agricultura familiar progredissem economicamente e fossem enquadrados na categoria de agricultores não familiares no censo de 2017.

Outra possível explicação para essa redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar no país, segundo Mitidiero Jr. (2022, p. 183), é o fato da “mecanização

empregada em parte dos estabelecimentos familiares ter sido por contrato, incidindo no tema da quantidade de trabalho, se familiar ou não familiar”.

A redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar no país também pode estar relacionada ao fato de que a renda gerada em atividades não-agrícolas nos estabelecimentos agropecuários tenha ultrapassado a renda agrícola da unidade, o que não contabilizaria este estabelecimento como da agricultura familiar. Segundo Mitidiero Jr. (2022, p.184), “um aumento no número de estabelecimentos com esta variável e da renda não-agrícola vinda de fora especificamente para esse segmento, leva a supor que a renda agropecuária destes estabelecimentos familiares vem diminuindo”. Neste caso, quando a renda externa ultrapassa aquela obtida pela produção agrícola no estabelecimento agropecuário, estes agricultores não são contabilizados como agricultores familiares, no entanto para Mitidiero Jr. (2022, p.184), “continuam sendo familiares, mas devido a metodologia utilizada não são enquadrados como tal”.

Essa explicação parece ser a mais plausível para a redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar no Território do Sisal uma vez que o número de estabelecimentos com menos de 10 hectares de terras é aproximadamente 70% dos estabelecimentos deste território. Essa quantidade de terras, somada as condições climáticas local inviabiliza ou pelo menos dificulta uma produção agropecuária que seja suficiente para manutenção das famílias. Assim, nestes estabelecimentos, muitas vezes, a renda externa é maior que a renda obtida das atividades agropecuárias do estabelecimento.

### **Políticas Públicas: Financiamento e Orientação Técnica**

No âmbito das políticas públicas setoriais, não resta dúvida a importância e a pertinência do crédito rural nas transformações da agropecuária local. Nessa direção, o Território do Sisal conta com dois principais instrumentos: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). “O Pronaf visa fornecer o crédito rural especificadamente para a agricultura familiar, com condições creditícias diferenciadas e mais próximas às especificidades da categoria social” (GRISA, 2012).

O PRONAF marcou o redirecionamento das políticas públicas de desenvolvimento rural, dando atenção ao caráter produtivista da agricultura familiar, com crédito rural, apoiando financeiramente as atividades agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e de sua família. Além disso, o apoio se dá também através de assistência

tecnica e pesquisa, visando sanar o problema da desigualdade no campo. As ações buscam satisfazer à necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para a comercialização (BRASIL, 2006).

De acordo com o IBGE (2017), 7.754 estabelecimentos agropecuários do Território do Sisal foram beneficiados pelas políticas de financiamento de crédito rural; destes, 70% receberam apoio financeiro para a pecuária e a produção de outros animais e os demais 30% receberam apoio financeiro para a produção de lavouras permanentes e temporárias. Nota-se, desse modo, que a maioria dos estabelecimentos beneficiados pelas políticas de crédito rural foram destinados a produção pecuária.

A atividade pecuária se desenvolve com maior facilidade que a agricultura, devido ao maior acesso ao crédito destinado à aquisição dos bovinos, considerada como investimento. Esta facilidade ocorre em razão da garantia requerida pelos órgãos de fomento, que é geralmente 70% do valor do bem, que corresponde ao semovente (bovinos) e não na área onde os animais estarão localizados (propriedade rural).

Entre os agentes financeiros responsáveis pelo financiamento do crédito rural no Território do Sisal destacam-se os bancos, as cooperativas de crédito e o governo. Levando em conta todos os estabelecimentos que receberam financiamento (da agricultura familiar e não familiar) 1.963 foram provenientes de programas de crédito do PRONAF; 4 foram provenientes de programas de crédito INCRA; 1 foi proveniente de programas de crédito Terra Forte e Terra Sol; 9 foram provenientes de programas de crédito PROINF; e, 48 foram provenientes de programas de crédito PRONAMP. Os bancos são os maiores financiadores do crédito rural neste território, financiando um total de 6.729 estabelecimentos, seguido das cooperativas com 671 e o governo com 392.

Dos estabelecimentos da agricultura familiar 6.150 receberam financiamentos, sendo 1.501 provenientes de programas de crédito do PRONAF; 3 provenientes de programas de crédito INCRA; 1 proveniente de programas de crédito Terra Forte e Terra Sol; 5 provenientes de programas de crédito PROINF; e, 33 provenientes de programas de crédito PRONAMP.

A proporção de estabelecimentos agropecuários do Território do Sisal que têm acesso a esses créditos é muito pequena, apenas 13% do total, o que reduz o potencial impacto da política de crédito no desenvolvimento rural dos municípios.

Muitas vezes esses proprietários desconhecem os programas de créditos para os pequenos produtores e por medo de perderem seus estabelecimentos acabam se distanciando das linhas de crédito e enfrentando dificuldades na compra de equipamentos, insumos e

sementes, reduzindo a produtividade e comprometendo a qualidade de sua produção. Além do mais, difundiu-se na região a ideia de que “tomar dinheiro emprestado” aos bancos é algo negativo, constrangedor ou de alto risco para os pequenos proprietários. As políticas de incentivo ao crédito para o pequeno produtor ainda são insuficientes para alcançar muitos camponeses que se vem sem apoio do Estado para produzir em suas pequenas nesgas de terra. Enquanto isso, os grandes latifundiários são os maiores beneficiários dos programas do governo que estimulam a produção voltada para o mercado externo. Esse modo de produção capitalista do espaço e à sua lógica reprodutiva nas diversas escalas socioespaciais ampliam as desigualdades sociais e regionais.

Dessa maneira, Fernandes (2016), problematiza a hegemonia do cenário agrário brasileiro, propondo pensá-lo sob a seguinte perspectiva:

Pensar o Brasil agrário é pensar o desenvolvimento territorial na perspectiva multidimensional e multiescalar. É pensar agropecuária em todas as dimensões e escalas, a produção de alimentos, fibras e energia não está separada da educação e dos investimentos, da saúde e da tecnologia, do trabalho e do conflito, da moradia e da indústria, da preservação e do mercado, do campo e da cidade, é preciso unir o que o capitalismo separou (FERNANDES, 2016, p. 209).

Concordando com o referido autor é preciso pensar o desenvolvimento agrário de forma multidimensional e em todas as escalas para superar as desigualdades sociais e econômicas que se agravam com o modelo capitalista cujo objetivo é produzir em grande escala, para atender as demandas do mercado externo e sem considerar as questões ambientais, sociais e culturais. No Território do Sisal, é urgente que os programas e as políticas de fomento à agricultura familiar cheguem a um número maior de agricultores. É preciso que estes pequenos produtores tenham acesso as linhas de crédito e assistência técnica de forma continuada para que possam melhorar seus sistemas produtivos e assegurar qualidade de vida para suas famílias.

Para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)<sup>4</sup> é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Para coordenar as ações de ATER, o órgão dispõe do Departamento de Desenvolvimento Comunitário (DCC).

Levando-se em conta as orientações técnicas recebidas pelos produtores do Território do Sisal tem-se os seguintes dados: dos 57.818 estabelecimentos total (da agricultura familiar e da agricultura não-familiar), apenas 5.439 receberam orientação técnica (Do governo Federal,

---

<sup>4</sup> Política que atua no cotidiano dos agricultores construindo com eles soluções tecnológicas e organizativas para o seu trabalho

Estadual, Municipal e cooperativas), sendo que 3.354 estabelecimentos receberam orientação técnica do Governo e 891 receberam de cooperativas (IBGE/SIDRA, 2017).

Quando se analisa os estabelecimentos da agricultura familiar temos 45.065 estabelecimentos no total e um quantitativo de 4.074 que receberam orientação técnica em 2017. Dos estabelecimentos da agricultura familiar 2.677 receberam orientação do Governo e 700 receberam orientação de cooperativas (IBGE/SIDRA, 2017).

Levando em conta todos os estabelecimentos (da agricultura familiar e não familiar) que receberam orientação, temos um percentual de 9,2% dos estabelecimentos. Comparando-se estes dados com a média Nacional e Estadual, nota-se que o território ficou abaixo da média nacional e acima da média estadual, uma vez que o número total de estabelecimentos que obtiveram orientação técnica em relação ao total geral no Brasil foi de 20,21% enquanto na Bahia foi de 3,2%. Em síntese, tanto no Território do Sisal quanto na Bahia o acesso à orientação/assistência técnica é expressivamente menor que na escala nacional (IBGE/SIDRA, 2017).

### **O que e como é produzido neste território?**

A agricultura familiar tem grande relevância neste território pois, o agricultor procura administrar o emprego da sua própria mão-de-obra familiar, da melhor forma possível, escalonando as suas tarefas ao longo de todo o ano, procurando evitar os períodos de pico de trabalho e também os de subemprego. Para isso, ele pode ter interesse em diversificar seus sistemas de cultivo e de criação, de modo que as atividades possam ser relativamente bem distribuídas ao longo do tempo. A criação de animais de pequeno porte como caprinos, ovinos, suínos e galináceos é uma opção de fonte de renda e de alimento para os pequenos produtores do Território do Sisal, principalmente nos períodos de estiagem. De acordo com Couto, *apud* Dufumier:

A vantagem da agricultura familiar é, sem dúvida, ser gerida por pessoas que vivem no interior das suas explorações, conhecem seus territórios, são responsáveis por seus atos, e dispõem de uma real autonomia de decisão para se adaptar, sempre que necessário, às mudanças das condições ambientais e econômicas (COUTO, 2013, p.49, *apud* DUFUMIER, 2012).

Como apontado por Couto (2013), estes pequenos produtores usam o solo com mais responsabilidade e respeito aos ecossistemas, optam pelas rotações de cultura, reciclagem dos restos de colheita, e melhor uso dos dejetos animais, diferente dos grandes empreendimentos

agricolas que optam pela monocultura, uso exaustivo do solo e da água e produção destinada ao mercado externo.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 permite afirmar a existência de grande diversidade agropecuária no Território do Sisal, onde o sisal se destaca dentre as lavouras permanentes que inclui ainda: banana, caju, algaroba, eucalipto, entre outros. Já nas lavouras temporárias nota-se que os principais gêneros produzidos no território são a mandioca, feijão e o milho, sendo que 100% desta produção é da agricultura familiar e estando presente em mais de 50% dos estabelecimentos.

A pecuária, que se encontra por todo o território, apresenta importante fonte de proteína para a população local que, mesmo perante às adversidades do semiárido, mas na busca da convivência do ambiente, consegue, por exemplo, com a utilização da palma<sup>5</sup>, garantir a produção dos animais. Desse modo, na pecuária destacam-se os caprinos e ovinos, seguido das galináceas e bovinos. Recentemente, tem crescido o rebanho de caprinos que, para além do fornecimento de carne e couro, têm sido importantes na produção de leite. Parte da produção desse derivado caprino e por intermédio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) é distribuído às creches e famílias cujos componentes enfrentam problemas nutricionais.

Para muito mais do que a comercialização dos produtos excedentes no comércio local, os alimentos produzidos a partir da agropecuária do Território do Sisal, tem a finalidade de alimentar as próprias famílias produtoras, uma das importantes características da agricultura familiar. Dos 57.818 estabelecimentos agropecuários, 30.086 produzem para o consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor, e 27.732 estabelecimentos produzem com destino a comercialização da produção (inclusive troca). Dos estabelecimentos da agricultura não familiar o total que produz para o consumo próprio é de 6.038 estabelecimentos, e para a comercialização da produção são 6.717. Na agricultura familiar registra-se 24.048 estabelecimentos destinados a consumo do proprietário e de pessoas com laços de parentesco com o produtor e, 21.017 estabelecimentos destinados a comercialização da produção.

São 3.631 estabelecimentos da agricultura permanente. Considerando a produção das 3 principais lavouras permanentes produzidas neste território em 2017 tem-se; o *agave sisalana*, a banana e o caju. Foram registrados a produção de 22.875 toneladas de agave (sisal); 114

---

<sup>5</sup> *Opuntia cochenillifera* é o nome científico da cactácea forrageira e comestível, de origem mexicana, largamente difundida no Nordeste brasileiro - recebendo o nome genérico de palma.

toneladas de banana; 196 toneladas de caju (fruto). Da agricultura familiar foram 15.489 toneladas do agave; 95 toneladas de bananas; e, 31 toneladas de caju (fruto).

Ao analisar a produção das lavouras temporárias nota-se que os principais gêneros produzidos no território são a mandioca, feijão e o milho. Foram 28.924 estabelecimentos destinados a produção destas lavouras. A produção destes alimentos é muito importante para a região semiárida, pois compõe a base da alimentação dos sertanejos. Foram 3.322 estabelecimentos que produziram 3.241 toneladas de mandioca; 8.926 estabelecimentos que produziram 2.977 toneladas de feijão fradinho; e, 12.634 estabelecimentos que produziram 4.186 toneladas de milho em grãos (tabela 1). No Território ainda são produzidos outros tipos de feijão (a exemplo do feijão de corda), batatas, amendoim e outros.

Tabela 1: Território de Identidade do Sisal: Tipologia - Agricultura familiar - Produtos da lavoura temporária - 2017

PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS
MANDIOCA/ AIPIM	3.248 toneladas	3.322 unidades
FEIJÃO FRADINHO	2.977 toneladas	8.926 unidades
MILHO EM GRÃO	4.186 toneladas	12.634 unidades

Fonte: IBGE- Censo agropecuário 2017.

Neste mesmo período, a Bahia produziu 233.807 toneladas de feijão fradinho (sendo 23.204 toneladas da agricultura não familiar e 207.603 toneladas da agricultura familiar), 852.102 toneladas de mandioca (sendo 92.816 toneladas da agricultura não familiar e 759.286 da agricultura familiar) e 1.732.358 toneladas de grãos de milhos (sendo 968.325 toneladas da agricultura não familiar e 764.033 da agricultura familiar).

Ao comparar a produção destes três alimentos produzidos no Território do Sisal com a produção baiana, nota-se que o Território tem uma produção muito pequena destes gêneros alimentícios. Levando em conta o Censo agropecuário de 2017, o território produziu 1,27% do feijão fradinho na Bahia, 0,38% da mandioca e 0,24% do milho produzido no estado. Diante desta realidade, verifica-se que o território não é autossuficiente na produção destes três alimentos que são os principais consumidos pela população local.

Em contra partida, a pecuária tem um potencial bastante elevado nestes municípios. Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, no território do Sisal havia 50.443 estabelecimentos agropecuários destinados a criação de animais. Sendo, 34.627 estabelecimentos destinados a produção de galinácea (galinhas, galos, frangas e frangos),



24.786 estabelecimentos que criam ovinos, 19.405 estabelecimentos que criam bovinos e 10.629 que criam caprinos.

A produção total do rebanho é de 2.360.960 cabeças, sendo 1.200.010 cabeças de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos, 494.914 cabeças de ovinos, 298.364 bovinos e 248.136 caprinos. Além destes rebanhos o território também se destaca na criação de equinos, asininos e suínos.

Por predominar neste território, estabelecimentos com menos de 50 hectares, os produtores optam por criar animais de pequeno porte. Além disso, os animais de pequeno porte são mais fáceis de manejar nos períodos de estiagens e o investimento é menor para o pequeno produtor além de ser mais fácil de escoar a produção.

Considerando os principais rebanhos do Território do Sisal e comparando com o total produzido no estado da Bahia, tem-se os seguintes resultados: o Território do Sisal é responsável por 2,9% do gado bovino produzido no estado; 5,7% das galináceas produzida no estado; 18,5% da produção de ovinos; e, 11,5% da produção de caprinos da Bahia.

Nota-se que o peso da produção pecuária no território é consideravelmente maior que a produção agrícola, merecendo destaque a criação de ovinos e caprinos e sua participação no PIB local. Os dados aqui analisados mostram a importância da agricultura familiar no Território do Sisal e na Bahia, que, mesmo em uma conjuntura adversa, responde por significativa parcela da produção, sobretudo para o mercado interno.

Uma atividade econômica que tem crescido consideravelmente no Território do Sisal é a produção de leite, tanto de vaca quanto de cabras (usado na alimentação escolar). Segundo a Embrapa, a pecuária leiteira no Território do Sisal não era bem difundida até a primeira década do século XXI, tendo em vista as condições edafoclimáticas da região. No entanto, devido à potencialidade e ao alto preço pago pelo mercado, em comparação a outros Territórios da Bahia, produtores dos municípios de Valente, Queimadas, Santaluz, São Domingos e Araci, vêm se organizando para buscar sustentabilidade da cadeia produtiva do leite de bovinos e caprinos entendendo que esta é mais uma fonte de geração de emprego e renda na região.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do Território de Identidade do Sisal por meio do Censo Agropecuário 2017 revela a reprodução de diversos processos históricos presentes na (re)produção do Sertão brasileiro. Assim, pensar acerca das condições adversas que a natureza impõe pode-se cair na

retórica da classe dominante (devidamente representada no Estado) ao afirmar que as dificuldades da população sertaneja provêm, exclusivamente, das condições climáticas naturais.

Porém, a convivência com o semiárido, tem sido cada vez mais compreendida e fortalecida, por meio da construção de condições materiais e imateriais necessárias à reprodução dos sujeitos que vivem no Território do Sisal que fazem dele/ nele sua identidade. E os dados analisados evidenciam um território com uma concentração fundiária muito elevada, mas que apresenta um histórico de luta e resistência que se revela pela grande quantidade de sindicatos, associações e entidades não governamentais que têm atuado constantemente na defesa da mulher e do homem do campo e no fortalecimento da agricultura familiar.

Os dados também revelaram um território dinâmico, no qual predominam estabelecimentos da agroicultura familiar que apesar de serem muito pequenos possuem uma importância muito grande na produção de alimentos e nas dinâmicas sociais de sua população.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Território do Sisal; Questão agrária; Produção de alimentos; Políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. W. B. de. **Rediscutindo a família rural brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, p. 65-83, 1986.

BAHIA, Coordenação Estadual dos Territórios. Território de Identidade 04 – Sisal. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2007.

BORGES, Sérgio Silva; SERPA, Angelo. **O Papel dos agentes públicos e da sociedade civil na implementação de políticas de desenvolvimento territorial no estado da Bahia: uma análise preliminar**. Revista Geografares, nº11, p.31-59, junho, 2012

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Disponível em: [Lei nº 11.326 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 25/07/2022.

COUTO, Vitor de Athayde. **Agronegócio & agriculturas familiares: crítica do discurso Único para dois brasis** / Vitor de Athayde Couto, Marc Dufumier, Livia Liberato de Matos Reis. – Salvador: UFBA, 2013.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar**. Informativo julho 2020. Brasília: Cegafi/UnB, 2020.

EMBRAPA, 2021. Disponível em: [Sisal - Portal Embrapa](http://Sisal - Portal Embrapa). Acessado em: 12/01/2023.



FERNANDES, Bernardo Maçano; A política Agrária que precisamos. *In.* SADER, Emir (Org.). **O Brasil que queremos**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016.

GRISA, Cátia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

IBGE.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 dez. 2019

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências par a gestão social de territórios rurais. Documento Institucional N° 3. Brasília: Secretaria do Desenvolvimento Territorial-SDT. Novembro de 2006.

MITIDIERO JR, Marco Antônio. **Censo Agropecuário 2017**: o que revela o Censo do golpe? Marília, São Paulo: Lutas Anticapital, 1ª ed, 2022